

POLÍTICA DE COTAS NO ENSINO SUPERIOR: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES E ESTUDANTES

Quotas Policy in higher education: The impressions of professors and students

Simone Monteiro Ribeiro¹

Maria Tereza Carvalho Almeida²

Fernanda Alves Maia³

Filipe Alves Souza⁴

Déryk Patrick Oliveira Amaral⁴

Maria Rachel Alves⁵

Resumo: Objetivo: essa pesquisa objetivou conhecer a percepção de professores e estudantes sobre a adoção da Política de Cotas. O cenário utilizado foi uma universidade estadual localizada na mesorregião do Norte de Minas e a população-alvo foi constituída por professores e estudantes do curso de Medicina. **Metodologia:** utilizou-se a escala de Likert, constando de sete assertivas relacionadas ao assunto. **Resultados:** a análise da percepção de professores e estudantes sobre a Política de Cotas na universidade permitiu identificar que ambas são distanciadas. Os estudantes não fazem discriminação entre o desempenho de estudantes cotistas e não cotistas; discordam que os cotistas tenham mais dificuldades para o acompanhamento das atividades acadêmicas, além de atribuir que as cotas não interferem na qualidade de formação profissional. Por outro lado, a maior parte dos professores discorda de que a Política de Cotas contribua para a promoção da equidade social, além de concordar que ela atrapalha o acesso da população à Universidade. Eles consideram que os estudantes cotistas tenham mais dificuldades no desempenho das atividades acadêmicas, e que essa política interfere na formação profissional. **Conclusões:** destaca-se, por fim, a importância no aprofundamento de se pesquisar e se discutir o que as percepções identificadas em professores e estudantes em relação à Política de Cotas significam e as atitudes que desencadeiam.

Palavras-chave: Sistema de Cotas; Ações Afirmativas; Políticas Sociais; Equidade.

1 Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

2 Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

3 Mestre em Ginecologia, Obstetrícia, Mastologia com ênfase na área de Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de São Paulo - UNESP.

4 Graduando em Medicina pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

5 Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad Tecnológica Intercontinental - UTIC.

Abstract: Objective: The Quotas Policy, inserted in the perspective of affirmative actions, favors those individuals who are in a situation of disadvantage, searching for the right balance. Despite the transversality of affirmative actions, no issue has gained much prominence in the last decade as the reserve of racial quotas in higher education institutions. Thus, this research aimed to understand the perception of professors and students on the adoption of Quotas Policies. The scenario used was a state university located in the North of Minas Gerais and the target population was formed by professors and students of medical school. **Methods:** We used the Likert scale, consisting of seven assertions related to the subject. **Results:** The analysis of the perceptions of professors and students about the Quotas Policy in university allowed us to identify that both are far apart. The students do not discriminate between the performance of quota and non-quota students; disagree that quota students have more difficulties with academic activities, as well as assign that these activities do not interfere with the quality of professional formation. On the other hand, the greater part of professors disagrees that quota policies will contribute to the promotion of social equity, in addition to agreeing that it hinders the access of the population to the University. They consider that quota students have more difficulties in the performance of academic activities, which interferes with the professional formation. **Conclusions:** Thus, it is important to keep searching and discussing what the perceptions identified in professors and students related to the quotas programme mean and the attitudes that they trigger.

Keywords: Quotas System; Affirmative Actions; Social Policies; Equity.

INTRODUÇÃO

As ações afirmativas consistem em políticas públicas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, têm como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, sugerindo aos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas várias esferas do convívio humano.¹

Dentro da perspectiva das ações afirmativas está a política de cotas que privilegia os indivíduos que estão em situação de desvantagem, buscando-se, por fim, o equilíbrio. Dessa forma, os Direitos Universais passam a ser usufruídos, de fato, por todos os membros de uma sociedade. O tempo de duração dessas medidas varia de acordo com seus propósitos ou da situação em que se pretende intervir. Trata-se, basicamente, de medidas de caráter social para favorecer, em posição de igualdade, a concorrência por oportunidades. Portanto, o seu objetivo final é colocar todos em condições de participarem da conquista.^(2,3)

A política de cotas foi implantada nas universidades por imposição legal e, desde então, tem suscitado, na comunidade universitária, vários questionamentos. Os argumentos levantados são

os mesmos observados na literatura e discutidos na maioria dos eventos sobre ações afirmativas em universidades: quebra do princípio da meritocracia, rebaixamento da qualidade acadêmica, dúvidas quanto à legalidade das cotas, impossibilidade de definição idônea da raça, ineficiência das medidas para corrigir problemas estruturais, tais como, a baixa qualidade do ensino básico público, impactos financeiros e culturais das medidas.⁴

Na definição dos grupos beneficiados, os projetos de cada Instituição estabelecem critérios, exclusivamente, raciais/étnicos ou sociais, ou procuram utilizar ambos os critérios. Naqueles que estabelecem grupos raciais, temos como público-alvo os negros, afro-brasileiros, descendentes de africanos ou setores etno-raciais socialmente discriminados, em que estaria incluída a população indígena. Há projetos específicos para a população denominada carente ou para os alunos oriundos da escola pública. Até o final dos anos de 1990, nenhum dos projetos de lei citados tinha sido aprovado ou implementado. Somente a partir de 2001 foram aprovadas políticas de ação afirmativa para a população negra por decisão do Poder Público, seguindo a mesma linha dos projetos anteriores e tendo como base o sistema de cotas e a ideia da necessidade de representação desse setor em diversas esferas da sociedade.²

Apesar da transversalidade das ações afirmativas, nenhum tema tem ganhado tanto destaque na última década como a reserva de cotas raciais nas instituições de ensino superior. Segundo Heringer; Ferreira⁵, dentre as 224 instituições públicas de ensino superior que existem no Brasil, setenta e nove promovem algum tipo de ação afirmativa. No ensino superior privado, as políticas afirmativas se desenvolveram por meio do Programa Universidade para Todos - ProUni,

institucionalizado em janeiro de 2005, que permite a oferta de um grande número de bolsas de estudos mediante isenção de impostos às universidades que aderem ao programa do Governo Federal.⁶

Dessa forma, faz-se necessário, ainda, reconhecer que a complexa realidade brasileira traduz um alarmante quadro de exclusão social e discriminação como termos interligados a compor um ciclo vicioso em que a exclusão implica discriminação e a discriminação implica exclusão. Nesse cenário, as ações afirmativas surgem como medida urgente e necessária. Tais ações encontram amplo respaldo jurídico, seja na Constituição (ao assegurar a igualdade material, prevendo ações afirmativas para os grupos socialmente vulneráveis), seja nos tratados internacionais ratificados pelo Brasil.⁷

Na Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, o sistema de reserva de vagas foi instituído através da Resolução Nº 104, aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX, em 28 de setembro de 2004, porém, iniciou-se efetivamente a partir de 2005, persistindo até os dias de hoje. Nessa instituição, o processo seletivo destina 45% de suas vagas, em cada curso de graduação, para as categorias: afrodescendente carente, egresso de escola pública, portador de deficiência e indígena.

A iniciativa dessa pesquisa veio em concordância com a necessidade de se analisar o impacto da adoção da política de cotas no cotidiano dos cursos da área da saúde dessa universidade e identificar as percepções existentes, tecendo análises sobre as suas repercussões na reinvenção ou reprodução cotidiana da realidade e suas dimensões de inclusão ou exclusão. Nesse sentido, essa pesquisa objetivou conhecer a percepção de professores e estudantes sobre a adoção da política de cotas na Unimontes.

METODOLOGIA

Este estudo teve como cenário uma universidade estadual localizada na mesorregião do Norte de Minas. Foram convidados a participar da pesquisa todos os cursos da área da saúde da instituição (Biologia, Educação Física, Enfermagem, Medicina e Odontologia), mediante o envio de memorando aos seus coordenadores e chefes de departamentos. Obteve-se resposta somente do curso de Medicina e essa favorável à participação. Desse modo, a população-alvo da pesquisa ficou constituída por professores e estudantes do curso de Medicina.

Os critérios de inclusão foram: ser professor e estar presente nas reuniões de departamento nos dois meses estabelecidos para aplicação do questionário; ou ser acadêmico regularmente matriculado do primeiro ao sétimo períodos no curso de medicina; e, estar de acordo em participar da pesquisa e assinar o termo de consentimento livre e esclarecido. A coleta de dados foi realizada no primeiro semestre de 2013.

Na coleta de dados, apresentavam-se, primeiramente, os objetivos da pesquisa, seguida da obtenção do consentimento de participação. Posteriormente, entregava-se o questionário para o preenchimento. Aos professores, o instrumento foi aplicado durante a reunião de departamento, e, aos estudantes, no horário de suas atividades curriculares.

Utilizou-se um questionário fechado, constituído de sete afirmativas. Para a elaboração desse instrumento, foi adotada a escala de Likert, constando de assertivas relacionadas ao assunto, com o objetivo de verificar o nível de concordância/discordância do sujeito com uma série de afirmações que expressassem algo favorável ou desfavorável em relação ao objeto.⁸

O questionário aplicado aos professores e aos estudantes foi idêntico, visando a proporcionar um estudo comparativo. As assertivas foram elaboradas respeitando os núcleos direcionadores e a percepção dos sujeitos sobre: o desempenho acadêmico de estudantes cotistas e não cotistas na Universidade; política de cotas e acesso restritivo aos não cotistas; existência de medidas didático-pedagógicas e de acompanhamento complementares aos cotistas; cotas e equidade social.

Previamente à aplicação, os questionários foram pré-testados com uma amostra de cinco professores e cinco estudantes, com o objetivo de adequação e reestruturação do roteiro, conforme os objetivos formulados. Os professores e estudantes que participaram do pré-teste foram excluídos da amostragem final.

Os dados obtidos foram sistematizados, classificados, tabulados e dispostos em tabelas. Para análise estatística, utilizou-se o Teste de *Qui-Quadrado* de Homogeneidade. Para ampliar a validação dos resultados e consolidar as frequências observadas, as classes “concordo totalmente” e “concordo” foram fundidas em uma única. O

mesmo foi realizado com as classes “discordo totalmente” e “discordo”.

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unimontes pelo número 176/2011 e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O curso de Medicina da Unimontes tem um corpo docente constituído de 176 professores e 349 estudantes – sendo que 190 estudantes estão matriculados do 1º ao 7º períodos, segundo dados da Secretaria Geral para o primeiro semestre de 2013.

O questionário foi aplicado aos professores nas reuniões de departamento no primeiro semestre de 2013, quando estiveram presentes 103 professores. Desses, 52 responderam ao questionário. Aos estudantes, o questionário foi aplicado durante atividades curriculares, o que gerou um total de 115 acadêmicos participantes. As respostas dos estudantes e professores ao questionário estão contidas na tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição percentual das respostas de estudantes e professores ao questionário

Assertivas	C		I		D		NR	
	E	P	E	P	E	P	E	P
1. O desempenho acadêmico de estudantes cotistas é diferente do desempenho acadêmico de estudantes não cotistas.	10	56	14	21	76	19	0	4
2. A adoção de políticas de cotas interfere na formação dos profissionais.	13	54	10	17	77	23	0	6
3. A adoção de políticas de cotas prejudica o acesso da população em geral à universidade pública.	34	60	5	4	60	36	1	0
4. As universidades que adotam a política de cotas investem em medidas didático-pedagógicas a fim de melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes cotistas.	5	4	17	23	78	71	0	2
5. Os estudantes cotistas, quando necessário, recebem acompanhamento especial para atingir os objetivos propostos.	7	6	12	25	80	63	1	6
6. Os estudantes cotistas apresentam maiores dificuldades do que os não cotistas para desempenhar as atividades acadêmicas propostas.	9	54	15	17	75	23	1	6
7. A adoção de políticas de cotas contribui para a equidade social.	56	40	12	10	32	48	0	2

C= concordo; I= indiferente; D= discordo; E= estudantes; P= professores; NR= não responderam

A relação entre a política de cotas e a questão da equidade social é um tema recorrente que suscita debates acirrados sobre o papel das cotas na promoção de igualdade de oportunidades, desde o acesso à universidade ao desempenho profissional.⁹ Nesta pesquisa, 60% dos professores consideram que a adoção da política de cotas prejudica o acesso da população em geral à universidade pública e a maioria (48%) discorda da assertiva de que a política de cotas contribui para a equidade social, em contraste a 40% dos professores que concordam com essa assertiva. Isso vai de encontro ao princípio norteador das ações afirmativas, criadas justamente para corrigir desigualdades socioeconômicas procedentes de discriminação atual ou histórica.¹⁰

É interessante ressaltar que entre os estudantes, 60% acreditam que a política de cotas não prejudica o acesso da população à universidade e 56% concordam que essa política contribui para a equidade social. Essa diferença entre a percepção de professores e estudantes levanta a polêmica se as cotas estão cumprindo ou não o preceito constitucional de igualdade. Ao assinalarem que as cotas não contribuem para a equidade social, podemos supor que os professores estariam no viés da retórica dos opositores desse sistema, para quem as ações afirmativas são apenas políticas imediatistas que reforçam a discriminação entre grupos em vez de promover igualdade.^(11,12,13)

Além da questão sobre o acesso à universidade, o presente estudo, também, investigou o conhecimento sobre a existência de apoio pedagógico complementar ofertado pelas universidades aos estudantes cotistas. Identificou-se que 71% dos professores e 78% dos estudantes mostram-se contrários à assertiva de que as universidades investem em medidas didático-pedagógicas, a fim de melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes cotistas. Além disso, 63% dos professores e 80% dos estudantes acreditam que os estudantes cotistas não

recebem acompanhamento especial para atingir os objetivos propostos. Esse questionamento sobre a existência de apoio pedagógico complementar foi o que gerou o maior percentual de indiferença entre os professores (cerca de 25%), o que sugere que grande parte dos professores desconhece a existência de qualquer tipo de suporte aos estudantes cotistas.

Foram encontrados apenas dois estudos que discutem o desempenho acadêmico e cujos resultados não mostram diferenças significativas no rendimento de cotistas e não cotistas.^(14,15) Esse cenário evidencia uma carência de estudos sobre medidas de acompanhamento do estudante que ingressou na universidade pelo sistema de reserva de vagas, desde a avaliação de seu rendimento à implementação de medidas de apoio pedagógico. Vale ressaltar que a própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº. 9.394 prevê a necessidade de os estabelecimentos de ensino superior promoverem mecanismos de nivelamento e de recuperação para os estudantes que necessitam desses recursos para conseguir assegurar sua formação de qualidade.^(10,16)

Brito¹⁷, em um estudo realizado sobre a política de cotas na Universidade de Brasília, pioneira na implantação dessa política entre as universidades públicas, defende a implementação de outras medidas de suporte para além do apoio didático-pedagógico. A instituição do sistema de cotas, em razão de sua vinculação a estudantes oriundos de escolas públicas e com condições econômicas precárias para se manter na universidade, requer ações que garantam a sua permanência nos centros acadêmicos. Cita-se como exemplo a criação de uma assessoria a fim de formular, fomentar e executar programas de gestão da diversidade no ambiente acadêmico; buscar parcerias para viabilizar apoio financeiro aos estudantes cotistas e participar de discussões relativas à inclusão de populações historicamente discriminadas.

Em relação à percepção do desempenho dos estudantes, observa-se que 56% dos professores consideram que o desempenho de cotistas é diferente dos não cotistas e 54% acreditam que os estudantes cotistas apresentam maiores dificuldades para desempenhar as atividades acadêmicas propostas. Vale ressaltar que em torno de 20% dos professores apresentam-se indiferentes e 20% discordam em relação a esses aspectos. No entanto, a informação sobre a modalidade de ingresso de cada estudante na universidade não é divulgada. Isso reforça a subjetividade da percepção docente sobre a questão do desempenho acadêmico e faz emergir a discussão sobre preconceito e discriminação.¹⁸ Nesse sentido, concordar ou discordar dessa assertiva fundamenta-se em pré-concepções que podem vir a interferir na relação professor-estudante e, conseqüentemente, no processo ensino-aprendizagem.

Entre os estudantes, observa-se uma inversão comparativa a esses achados, em que 76% discordam de que o desempenho entre cotistas e não cotistas é diferente; e 75% discordam de que os cotistas apresentam mais dificuldades para realizar as atividades acadêmicas propostas. Dessa forma, atenta-se para os possíveis significados nos antagonismos entre a percepção de estudantes e professores. Acredita-se que esses dados sugerem uma ausência de fundamento em estudos sistematizados, que permitiriam a construção de percepções para além de suposições alicerçadas em impressões ou ideias preconcebidas.

Como afirmam Neves; Lima¹⁸ (2007, p. 35):

[...] as percepções e atitudes em relação às cotas expressam, de forma enviesada, o modelo de sociedade prevalecente entre nós: individualismo, caridade mais valorizada que a equidade, percepção da injustiça, mas certa naturalização dela, que leva a uma incapacidade em pensar estratégias para combater as fontes das injustiças.

Os estudos encontrados^(14,15) que analisam comparativamente o desempenho de cotistas e não cotistas identificam, contrariando os achados, que não há diferença significativa nos resultados obtidos entre eles no percurso acadêmico. O desempenho desigual que se verifica no vestibular, não persiste durante a formação. Esses dados permitem pensar que há o despreparo dos cotistas para o desempenho competitivo no processo seletivo de ingresso nas universidades, mas não para a formação acadêmica.

Nesse contexto, é pertinente analisar a percepção dos professores sobre o papel das cotas na formação dos profissionais. Para 54% dos professores, a adoção de políticas de cotas interfere na formação dos profissionais. Entre os estudantes, 77% discordam de que a adoção das cotas cause esse impacto. Mais uma vez, a percepção docente não encontra respaldo científico. Esse argumento está presente não somente no ambiente acadêmico, mas também em debates na mídia e no cotidiano do senso comum. Queiroz; Santos¹⁵ destacam a necessidade de se dispor de dados para que a avaliação do novo sistema seja aprofundada para além das representações ideológicas e adentre na avaliação do impacto das ações afirmativas nos espaços acadêmicos, uma vez que se faz necessário um exercício analítico para sustentar um argumento convincente.

De um modo geral, a análise dos dados desta pesquisa revela que a maioria das percepções docentes ressalta mais os prejuízos do que os benefícios proporcionados pela política de cotas: atribuem menor desempenho ao estudante cotista, apontam a ausência de medidas pedagógicas de suporte ao estudante cotista pela universidade e discordam de que as cotas cumpram o papel de promoção de equidade social. Mas, em que se baseiam essas percepções?

Observa-se que a discussão sobre os possíveis benefícios e malefícios das ações afirmativas, ainda, é feita a partir de impressões do senso comum, sem base científica. Isso chama a atenção para a importância de sensibilizar o corpo docente sobre as injustiças sociais e étnicas, estimular o debate sobre preconceito, discriminação, identidade e o papel das políticas afirmativas na promoção da equidade social e discutir a necessidade de implementar medidas de acompanhamento especial dos estudantes cotistas pela universidade.

CONCLUSÃO

A análise das percepções de professores e estudantes sobre a Política de Cotas na universidade permitiu identificar que ambas se apresentam distanciadas, concordando e discordando em aspectos divergentes.

Os estudantes mostraram-se, em sua maioria, mais receptivos à Política de Cotas, considerando-a como medida que contribui para a equidade social, sem trazer prejuízos para o acesso da população, de um modo geral, à Universidade. Não fazem discriminação entre o desempenho de estudantes cotistas e não cotistas; discordam que os cotistas tenham mais dificuldades para o acompanhamento das atividades acadêmicas, além de atribuir que a essa situação não interfere na qualidade de formação profissional.

Por outro lado, a maior parte dos professores discorda que a Política de Cotas contribua para a promoção da equidade social, além de concordar que ela atrapalha o acesso da população à Universidade. Eles consideram que os estudantes cotistas tenham mais dificuldades no desempenho das atividades acadêmicas e que essa situação interfere na formação profissional.

Com os dados obtidos supõe-se ter havido a apreensão de expressão dos valores de sociedade tão ambíguos e, ainda, prevalentes entre nós. Portanto, embora nem sempre esteja explícito e seja assumido enquanto tal, pode-se pensar que o cerne desses posicionamentos é a polaridade entre ideais igualitários e realidade desigual naturalizada, marcas tão remotas, mas, ainda, tão presentes em nossa sociedade.

Frente aos estudos realizados, pode-se concluir que a Política de Cotas como medida compensatória adotada para aliviar e reparar as condições resultantes de um passado histórico de discriminações e violências cumpre finalidade pública decisiva para o projeto democrático do Estado Brasileiro: assegurar a diversidade e a pluralidade social. A Política de Cotas constitui-se em medida real e concreta, inserida em nosso cotidiano e que viabiliza o direito à igualdade, sob o fundamento de que a igualdade deve ajustar-se ao respeito, à diferença e à diversidade.

Destaca-se, por fim, a importância no aprofundamento de se pesquisar e se discutir o que as percepções identificadas em professores e estudantes em relação à Política de Cotas significam e as atitudes que desencadeiam. Nesse sentido, fica o questionamento sobre o que esses modos de pensar têm produzido no cotidiano da vida acadêmica, nas relações entre professores e estudantes e entre os seus pares.

REFERÊNCIAS

1. SANTOS, S. A. *et al.* Ações afirmativas: Polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do Estado. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: V.16, N.3, setembro/dezembro de 2008.

2. MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 117, p.197-217, nov. 2002.
3. GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L.L. Perspectivas de estudantes em situação de vestibular sobre as cotas universitárias. *Revista Psicologia e Sociedade*, 22 (3): 486-498, 2010.
4. SANTIAGO, N. E. A.; NORBERTO, A. P.; RODRIGUES, S.M.C. O Direito a inclusão: a implantação de ações afirmativas nas IES públicas brasileiras - experiência na UFC. *Revista Pensar*. Fortaleza: v.13, n.1, jan-jun, 2008.
5. HERINGER, R.; FERREIRA, R. Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Org.). *Caminhos convergentes*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung e Actionaid, 2009. p.137-196.
6. LORENZO, R. A. As ações afirmativas para afrodescendentes a partir de parcerias intersetoriais: uma análise interpretativa do caso geração XXI. *Revista O&S*. Salvador: v.19, n.63, out-dez, 2012.
7. PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos Direitos Humanos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan-abr, 2005.
8. PASQUALI, L. *Teoria e métodos de medida em ciências do comportamento*. (Org.) Luiz Pasquali. Brasília: Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida. Instituto de Psicologia. UnB: INEP, 1996. 432p.
9. HAAS, C. M.; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso no Ensino Superior se justificam no Brasil? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília: v.93, n.235, set-dez, 2012.
10. BERNARDINO, J. Ação afirmativa e a rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, n.2, 2002.
11. HOFBAUER, A. Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil. *Revista Lua Nova*. São Paulo: n.68, 2006.
12. BARROZO, P. D. A ideia de igualdade e as ações afirmativas. *Revista Lua Nova*, n.63, 2004.
13. BAYMA, F. Reflexões sobre a constitucionalidade das cotas raciais em universidades públicas no Brasil: referências internacionais e o desafio pós-julgamento das cotas. *Ensaio: Avaliação das Políticas Públicas Educacionais*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 75, p. 325-346, abr./jun. 2012.
14. BARROS, F. M. *Uma análise sobre cotas no curso médico da UNIMONTES: desempenho acadêmico dos estudantes e percepções docentes*. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em Ensino em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de São Paulo, 2010.
15. SANTOS, J. T.; QUEIROZ, D. M. Sistema de cotas e desempenho de estudantes nos cursos da UFBA. In: André Augusto Brandão. (Org.). *Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação*. 1ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2007, v. 1, p. 115-135.

16. BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

17. BRITO, M. D. A. *O sistema de cotas nas universidades públicas e a diminuição das desigualdades sociais: um estudo de caso da Universidade de Brasília*. Brasília, 2008. Trabalho final (Curso de pós-graduação *lato sensu* em Ciência Política) - Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS) e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

18. NEVES, P. S. C.; LIMA, M. E. O. Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. *Revista Brasileira de Educação*, v.12, n.34, 2007.